

HABEAS CORPUS Nº 514.804 - SP (2019/0166027-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : WILLIAM RODRIGO DOS SANTOS
ADVOGADO : WILLIAM RODRIGO DOS SANTOS - SP317269
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JENNIFER VIEIRA SOARES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JENNIFER VIEIRA SOARES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2103682-73.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante delito, no dia 02/05/2019, pela suposta prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico ilícito de drogas, porque estaria em um automóvel, com mais quatro pessoas, quando, durante uma abordagem policial, foram encontradas substâncias entorpecentes – **38 (trinta e oito) porções de maconha, com peso de 85 gramas, 05 (cinco) porções de crack, com peso de 1,3 gramas, e 25 (vinte e cinco) eppendorfs de cocaína, com peso de 19,7 gramas.**

Inconformada com a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, alega o Impetrante, em síntese: a) existência de excesso de prazo para o oferecimento da denúncia; b) ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal; c) falta de fundamentação concreta do decreto prisional; e d) possibilidade de substituição da custódia por medidas cautelares alternativas.

Pede, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor da Paciente.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da

plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente porque o Juízo de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, destacou a gravidade da conduta e a quantidade de substância entorpecente apreendida.

Dessa forma, aparentemente, a constrição tem base empírica idônea, pois o entendimento desta Corte é o de que a quantidade e a variedade da droga apreendida, bem como as circunstâncias da prisão, legitimam a prisão processual, **notadamente para assegurar a ordem pública**. Exemplificativamente, cito os seguintes julgados:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CUSTÓDIA PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CAUTELARES DIVERSAS. INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

[...]

2. *Embora a quantidade de drogas apreendidas (4,81 g de cocaína, 0,44 g de maconha e 30,82 g de crack) não seja tão elevada, o Juízo de primeiro grau indicou outros elementos suficientes, por si sós, para embasar a ordem de prisão do paciente, em especial o risco de reiteração delitiva, evidenciado pela diversidade de entorpecentes e sua forma de acondicionamento (só de crack, foram localizadas 100 pedras já prontas para a comercialização) e pelo fato de ser o acusado conhecido no meio policial pelo comércio espúrio, circunstâncias idôneas, por serem harmônicas com os fatos, consoante a jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a imposição da cautela extrema.*

3. *Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).*

4. *Ordem denegada.*" (HC 504.348/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 05/06/2019; sem grifos no original.)

No tocante à tese de excesso de prazo para o oferecimento da denúncia, observa-se que a Corte estadual não examinou a referida questão. Desse modo, a análise do tema nesta oportunidade configuraria indevida supressão de instância.

Assim, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa – o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, sobretudo acerca da prisão processual imposta à Paciente e do andamento do feito, a serem instruídas com senha ou chave de acesso à movimentação processual.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

